

HABEAS CORPUS Nº 570.239 - PR (2020/0078747-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MARCOS COSTA DA SILVA
ADVOGADO : MARCOS COSTA DA SILVA - PR065646
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : J V DA S F (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de J. V. DA S. F. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (*Habeas Corpus* n. 0014955-20.2020.8.16.0000).

Os autos dão conta de que o paciente foi condenado, por infração ao art. 218-B, § 1º, II, do Código Penal (favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável), à pena de 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime semiaberto (e-STJ fl. 26).

Consoante se verifica da decisão de e-STJ fls. 26/30, a defesa do paciente impetrou *habeas corpus* com pedido liminar no Tribunal de origem, o qual sustentou que (e-STJ fl. 27):

- a. Que há claro constrangimento ilegal na manutenção da prisão preventiva do paciente, pois esse é idoso, conta com mais de 68 anos de idade, já está segregado há mais de 01 ano, sem que seu recurso de apelação tenha sido julgado;*
- b. Assevera que medida de constrição cautelar não é proporcional e pontua que o paciente tem residência fixa e o endereço do paciente está atualizado;*
- c. Ressalta que na própria sentença condenatória o d. Juízo processante permitiu que ele recorresse em liberdade;*
- d. Que diante do cenário que estamos enfrentando em razão da pandemia do novo Corona vírus (covid-19), sendo que o paciente é idoso e conta com 68 anos de idade, faz jus a revogação da constrição cautelar;*
- e. Requer seja concedido o direito do paciente de responder em liberdade com a revogação da prisão preventiva.*

O Tribunal de origem afastou a alegação de excesso de prazo no julgamento da apelação, "isso porque, o apelo já está com o Revisor, de modo que a Relatoria já concluiu o voto, sendo assim tais argumentos devem ser rechaçados" (e-STJ

fl. 27).

No entanto, considerando que "o paciente preenche os requisitos para substituição da prisão preventiva por domiciliar, posto que pertencente ao grupo de risco do Covid-19 – art. 4º, inc. I, da recomendação do CNJ – comprovadamente idoso (com 68 anos de idade), considerando, ainda, o tempo em que se encontra preso preventivamente, bem como ao fato de ter apresentado endereço atualizado (mov. 1.4)", deferiu parcialmente o pedido liminar, "**para o fim de substituir a prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar**, até o tempo de atingir a progressão de regime, nos termos do art. 318, do CPP e art. 4º, inc. I da Recomendação 62/2020 do CNJ, mediante monitoração eletrônica e demais condições a serem fixadas pelo D. Juízo a quo (atentando-se para o art. 5º, inc. V da recomendação do CNJ quanto a suspensão de idas aos fóruns). Outrossim, determina-se a imediata soltura da paciente J. V. DA S. F., se por 'AL' não estiver preso, com a expedição do competente alvará nos autos de ação penal nº 0056090-43.2015.8.16.001" (e-STJ fls. 28/29).

No presente writ, a defesa destaca que, "além da morosidade processual; do descaso em relação a não apreciação dos pedidos e do direito do paciente; existe agora a pandemia preocupante do COVID-19. Ou seja, é notório o problema da pandemia que país enfrenta, pois vem tomando uma proporção maior pelos estados brasileiros", e que "em meio a essa crise de pandemia em que o país enfrenta somando a superlotação do sistema carcerário deve ser mais bem analisada a situação do paciente, pois o mesmo tem 68 anos de idade e ainda não houve o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória; portanto merece responder em liberdade" (e-STJ fls. 4 e 5).

Sustenta que "o paciente J. V. DA S. F. já cumpriu boa parte da sua pena, portanto frente pandemia que o país enfrenta e a sua condição de idoso o mesmo deve ser posto em liberdade para responder em liberdade conforme determina o ADPF 347 TPI/DF" (e-STJ fls. 5/6).

Assevera que "no caso em comento devem ser observadas as medidas cautelares diversas da prisão, pois a prisão no presente caso é medida extremamente excessiva, ou seja, é desnecessária. Ademais, o endereço do paciente está atualizado e

cumprirá suas obrigações com a Justiça" (e-STJ fl. 6).

Alega que "a gravidade do crime e a afirmação abstrata de que o réu oferece perigo à sociedade não bastam para a imposição da prisão cautelar" (e-STJ fl. 6).

Por isso, requer, liminarmente, seja determinada "a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA por meio do ALVARÁ DE SOLTURA, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (tornozeleira eletrônica), em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo-crime" e, no mérito, seja julgado "procedente o provimento para que o paciente possa cumprir sua pena em regime domiciliar, através do monitoramento eletrônico" (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, o impetrante não juntou aos autos cópia da sentença penal condenatória e da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o esboço do aparelhoamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 48.939/MG,

relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 23/4/2015, grifei).

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido (RCD no RHC 54.626/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 2/3/2015, grifei).

Assim, diante da ausência de prova pré-constituída das alegações, torna-se impossível analisar o suposto constrangimento ilegal.

Como quer que seja, ao que se tem dos autos, não verifico a existência de interesse de agir, haja vista que o Tribunal de origem, na data de 26/3/2020, deferiu parcialmente o pedido liminar, "**para o fim de substituir a prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar**, até o tempo de atingir a progressão de regime, nos termos do art. 318, do CPP e art. 4º, inc. I da Recomendação 62/2020 do CNJ, mediante monitoração eletrônica e demais condições a serem fixadas pelo D. Juízo a quo (atentando-se para o art. 5º, inc. V da recomendação do CNJ quanto a suspensão de idas aos fóruns). Outrossim, determina-se a imediata soltura da paciente J. V. DA S. F, se por 'AL' não estiver preso, com a expedição do competente alvará nos autos de ação penal nº 0056090-43.2015.8.16.001" (e-STJ fls. 28/29).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente habeas corpus.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator